

# poder do Legislativo

CONSTITUIÇÃO QUE PODERIA OBRIGAR STF A REVER CASSAÇÃO DE LUCENA

## 'Pacote' amplia

PARLAMENTARES QUEREM REGULAMENTAR ARTIGO DA

— JORNAL DA TARDE

A equipe de deputados e senadores encarregada de salvar o mandato do presidente do Congresso, Humberto Lucena (PMDB-PB), está preparando uma série de medidas legais, já batizada de "Pacote Lucena", para aumentar os poderes dos parlamentares. O coordenador da equipe, deputado Bonifácio de Andrade (PTB-MG), disse que além da regulamentação do artigo da Constituição que vai obrigar o Supremo Tribunal Federal (STF) a apreciar o mérito de todas as arguições de constitucionalidade de normas, haverá alterações na legislação eleitoral e em todos os dispositivos que façam referência à atividade parlamentar.

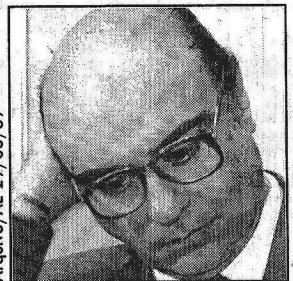
Com a aprovação da lei que regulamenta o parágrafo primeiro do artigo 102 da Constituição, a defesa de Lucena poderá entrar com novo recurso no STF. Desta vez, com a figura da "arguição de descumprimento de preceito fundamental". Lucena teve a candidatura à reeleição cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 12 de setembro, acusado de ter usado a gráfica do Senado para imprimir calendários com fins eleitorais. A defesa de Lucena entrou com recurso contra a impugnação no STF com o argumento de que o TSE tinha interferido nos assuntos internos do Congresso. O recurso foi rejeitado.

As alterações na Lei Eleitoral visam a retirar os trechos conside-

rados ambíguos e que levam os tribunais a interpretar como crime a utilização, por exemplo, da gráfica do Senado. Segundo o coordenador da equipe, o uso da gráfica para a impressão de discursos e até calendários faz parte da atividade legislativa, assim como a utilização de telefones, gabinetes, correios, energia elétrica e microfones de plenário. "Sem a possibilidade de utilizar estes serviços o parlamentar não pode exercer suas funções", disse Andrade. O deputado, no entanto, não conseguiu explicar quais os argumentos que o Congresso utilizará para alterar uma lei que foi criada exclusivamente para as eleições de 1994, já encerradas.

O presidente em exercício do Senado, Chagas Rodrigues (PSDB-PI), admitiu ontem

que o Congresso está tentando um "casuismo" ao aprovar, em cima da hora, uma legislação que tem por objetivo apenas salvar o mandato de Lucena. O senador chegou a defender o confronto direto e legal contra o Supremo. Ele e o primeiro-secretário do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), queriam que o Congresso baixasse um decreto legislativo revogando a decisão do STF, que considerou o TSE legítimo para julgar Lucena. Os dois só não conseguiram levar a idéia adiante porque foram desaconselhados pelo presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE).



Bonifácio Andrade

Arquivo/AE-29/06/89